
LUZES E SOMBRAS NA UNIÃO EUROPEIA

Que futuro para o EURO?

Instituto Europeu - FDL

Lisboa, Gulbenkian - 15 Novembro 2016

João Faria

Representação da Comissão Europeia - Lisboa

Que futuro para o EURO?

"L'illusion de la nouveauté n'est souvent qu'ignorance de l'histoire"

Pierre Vilar, Or et monnaie dans l'histoire, 1974

Olhando o que no passado se dizia...

THE ROLE OF PUBLIC FINANCE IN EUROPEAN INTEGRATION

(Relatório McDougall) - COMMISSION OF THE EUROPEAN COMMUNITIES, 1977

Scope of the Study	8 countries
5 - Federal	3 - Centralized
Germany	France
EUA	Great Britain
Canada	Italy
Australia	
Switzerland	

Que futuro para o EURO?

THE ROLE OF PUBLIC FINANCE IN EUROPEAN INTEGRATION

Main Findings - I

Public expenditure by members of the Community in 1975 was about 45% of the overall GDP

•In general, per capita incomes are at least *as unequal between the EU 9 as they are on average between the various regions of the studied countries*, even before the equalizing effects of public expenditure and taxation

These reduce regional inequalities in per capita income by, on average, about 40% in the countries studied (by more in Australia and France, by less in the U.S.A. and Germany).

Expenditure by all Community Institutions is 0.7 %. **(now is 1%)**

The redistributive power of Community finances, is very small (1 %);

•partly because the Community budget is relatively so small

•partly because the expenditures and revenues of the Community have a weak geographical redistributive power

Que futuro para o EURO?

THE ROLE OF PUBLIC FINANCE IN EUROPEAN INTEGRATION

Main Findings - II

Interregional redistribution through public finance tends to be reflected in corresponding current account deficits of the poorer regions, (and corresponding surpluses in the richer regions) of a continuing nature.

Common net flows of public finance in the range of 3 - 10 % of regional product are common for both rich and poor regions...

...but a few of the poor regions enjoy up to around 30 %

REDISTRIBUTION:

- Personal income tax is normally the predominant instrument
- Main Public expenditure programmes and social security systems also have substantial redistributive effects

In unitary states a large part of the total redistribution between regions arises automatically in these ways and is in a sense "invisible"; high incomes go with high tax payments and low incomes with high receipts of centrally provided services and transfer payments.

Regional policy narrowly defined is relatively unimportant

Que futuro para o EURO?

THE ROLE OF PUBLIC FINANCE IN EUROPEAN INTEGRATION

Main Findings - III

ROLE OF PUBLIC FINANCE IN EXISTING ECONOMIC UNIONS

- Redistributing income regionally on a continuing basis,
- Cushioning short-term and cyclical fluctuations.

For example, one-half to two-thirds of a short-term loss of primary income in a region due to a fall in its external sales may be automatically offset through lower payments of taxes and insurance contributions to the centre, and higher receipts of unemployment and other benefits.

If only because the COMMUNITY BUDGET is so relatively VERY SMALL there is NO such mechanism in operation on any significant scale as between member countries, and this is an important reason why in present circumstances monetary union is impracticable.

Que futuro para o EURO?

THE ROLE OF PUBLIC FINANCE IN EUROPEAN INTEGRATION Possible Scenarios

	Federal Public Expenditure - % in GDP	Features &Likelihood
Federal	20 - 25%	Like in USA and FR Germany – possible at some distant date
Early Stage of a Federation	5 - 7%	<p>Social and welfare services would nearly all remain at the national level.</p> <p><i>Such an arrangement could provide sufficient geographical equalisation of productivity, living standards and cushioning of temporary fluctuations to support a monetary union.</i></p> <p>But there are various degrees of confidence as to whether this would in practice be feasible.</p>
Pre-Federal Integration	2 - 2,5%	Studied Scenario

Que futuro para o EURO?

THE ROLE OF PUBLIC FINANCE IN EUROPEAN INTEGRATION

F- Relatório McDougall – *Comentários IF*

Propostas de políticas a desenvolver no plano comunitário:

ÁREAS DE AVANÇO NA COMUNITARIZAÇÃO:

- Ajuda ao Desenvolvimento
- Ajudas à Formação profissional e ao emprego
- Genericamente Auxílios Regionais
 - incentivos ao investimento privado
 - financiamento de infra-estruturas públicas

ÁREAS SEM AVANÇOS NA COMUNITARIZAÇÃO:

- Fundo comunitário de Desemprego;
- Mecanismo limitado de perequação orçamental aplicado aos Estados Membros mais débeis;
- Sistema anti cíclico de subsídio aos governos locais ou regionais;
- “Facilidade” de convergência conjuntural.

Que futuro para o EURO?

THE ROLE OF PUBLIC FINANCE IN EUROPEAN INTEGRATION

Comentários

O Relatório McDougall mostra que, num espaço económico unificado, a situação mais comum é existirem défices regionais permanentes das regiões menos desenvolvidas (entre 10% a 30% do seu PIB, mas chegando aos 50%).

- ... que não decorrem de fenómenos temporários - choques assimétricos ou comportamentos despesistas das regiões em défice. Estão normalmente intrinsecamente associados às dinâmicas de distribuição espacial das atividades económicas, onde frequentemente a tendência dominante é a da concentração geográfica .**

Que futuro para o EURO?

THE ROLE OF PUBLIC FINANCE IN EUROPEAN INTEGRATION

Comentários

Simetricamente aos défices, as regiões menos desenvolvidas beneficiam normalmente de transferências líquidas, que reduzem em cerca de 40% as desigualdades inter-regionais de rendimento.

- **Nos países unitários essas transferências são politicamente invisíveis: os mecanismos de redistribuição mais relevantes (impostos sobre o rendimento, subsídios de desemprego, sistema nacional de pensões, etc.) não estão diretamente associados à política regional entendida no seu sentido estrito.**

RELATÓRIO DOS 5 PRESIDENTES – Junho 2015

Concluir a União Económica e Monetária Europeia

O relatório preconiza a realização de progressos em quatro frentes:

- 1. UNIÃO ECONÓMICA:** privilegiar a convergência, prosperidade e coesão social
- 2. UNIÃO FINANCEIRA:** concluir a união bancária e lançar a união dos mercados de capitais
- 3. UNIÃO ORÇAMENTAL:** garantir políticas orçamentais sólidas e integradas
- 4. RESPONSABILIZAÇÃO DEMOCRÁTICA,** legitimidade e reforço institucional: reexaminar o projeto político da UEM

FASE 1 - 06/2015 a 07/2017 ”

aprofundar através de atos concretos” - utilizar os instrumentos já existentes e os atuais Tratados para: competitividade e a convergência estrutural; políticas orçamentais responsáveis; concluir a União Financeira ; reforçar a responsabilização democrática.

Fase 2 -

«completar a UEM»: processo de convergência mais vinculativo, através de um conjunto de critérios comumente acordados que assumiriam uma natureza jurídica, bem como de um Tesouro da área do euro.

Fase final – uma UEM genuína e aprofundada – até 2025.

RELATÓRIO DOS 5 PRESIDENTES – Junho 2015

Concluir a União Económica e Monetária Europeia

1. UNIÃO ECONÓMICA curto prazo (Fase 1)

- Criação de um sistema de Autoridades de Competitividade da área do euro;
- Aplicação reforçada do Procedimento relativo aos desequilíbrios macroeconómicos;
- Uma maior ênfase no emprego e no desempenho social;
- um reforço da coordenação das políticas económicas no âmbito de um Semestre Europeu renovado.

2. UNIÃO FINANCEIRA

3. UNIÃO ORÇAMENTAL

4. RESPONSABILIZAÇÃO DEMOCRÁTICA

NOTAS:

Recomendação: em cada Estado-Membro um organismo incumbido de monitorizar as políticas no domínio da competitividade («avaliar se os salários estão a evoluir em consonância com a produtividade»)

Continuar a centrar-se na correcção dos défices externos nocivos,

Transferir para outras fontes) a carga fiscal que incide sobre o trabalho;

RELATÓRIO DOS 5 PRESIDENTES – Junho 2015

Concluir a União Económica e Monetária Europeia

1. UNIÃO ECONÓMICA curto prazo (Fase 1)

2. UNIÃO FINANCEIRA curto prazo (Fase 1)

Mecanismo Único de Supervisão:

O Mecanismo Único de Resolução

Para completar a União Financeira, é ainda necessário

Um sistema comum de garantia de depósitos

A União dos Mercados de Capitais.

3. UNIÃO ORÇAMENTAL

4. RESPONSABILIZAÇÃO DEMOCRÁTICA

Permitiu em larga medida concretizar o mecanismo de supervisão bancária

Já acordado embora não implementado na íntegra.

RELATÓRIO DOS 5 PRESIDENTES – Junho 2015

Concluir a União Económica e Monetária Europeia

1. **UNIÃO ECONÓMICA** curto prazo (Fase 1)

2. **UNIÃO FINANCEIRA** curto prazo (Fase 1)

3. **UNIÃO ORÇAMENTAL**

Prossecução de políticas orçamentais responsáveis – criação de um **CONSELHO ORÇAMENTAL EUROPEU CONSULTIVO**

Uma **FUNÇÃO DE ESTABILIZAÇÃO ORÇAMENTAL PARA A ÁREA DO EURO**

Todas as uniões monetárias com um certo nível de maturidade instituíram uma função de estabilização macroeconómica comum, a fim de melhor responder aos choques que não possam ser geridos unicamente a nível nacional.

4. **RESPONSABILIZAÇÃO DEMOCRÁTICA**

“Six-Pack», «Two-Pack», Tratado sobre Estabilidade, Coordenação e Governação introduziram melhorias significativas na prevenção dos desequilíbrios orçamentais.

É reconhecida a complexidade destas regras, mas a sua próxima revisão deverá propiciar mais clareza e legitimidade.

Mas...

NÃO deve conduzir a transferências permanentes entre os países ou a transferências em sentido unilateral, (...)

De igual forma, NÃO deve ser concebida como uma forma de nivelar os rendimentos entre os Estados-Membros

RELATÓRIO DOS 5 PRESIDENTES – Junho 2015

Concluir a União Económica e Monetária Europeia

1. UNIÃO ECONÓMICA curto prazo (Fase 1)

2. UNIÃO FINANCEIRA curto prazo (Fase 1)

3. UNIÃO ORÇAMENTAL

**4. RESPONSABILIZAÇÃO
DEMOCRÁTICA**

- Um papel fulcral para o Parlamento Europeu e os parlamentos nacionais
- Consolidar a representação externa do euro
- Integração das soluções intergovernamentais no âmbito do quadro jurídico da UE
- Direção central a assegurar pelo Eurogrupo

“O Parlamento Europeu lançou já uma primeira série de medidas destinadas a reforçar, na prática, o controlo parlamentar no âmbito do Semestre Europeu

LUZES E SOMBRAS NA UNIÃO EUROPEIA

Instituto Europeu – FDL

OBRIGADO

Lisboa, Gulbenkian - 15 Novembro 2016

João Faria

Representação da Comissão Europeia - Lisboa
